

## ÍNDIOS

# Atrocidades sem punição

Violações de direitos humanos denunciadas no Relatório Figueiredo ainda são desconhecidas de órgãos como a Comissão da Verdade, incumbida de apurá-las

» FELIPE CANÉDO

Um dos trechos mais dramáticos descritos pelo procurador Jader de Figueiredo Correia em 1968 é o que narra a passagem dele por Guarita, no Rio Grande do Sul, área da 7ª Inspeção do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), quando ele se deparou com duas crianças indígenas em péssimo estado de saúde. “Em Guarita (IR-7-RGS), seguindo uma família que se escondia, fomos encontrar duas crianças sob uma moita tendo as cabecinhas quase completamente apodrecidas de horrosos tumores, provocados pelo berne, parasita bovino”, ele escreveu no documento que entraria para a história com seu nome: Relatório Figueiredo. Sua expedição percorreu mais de 16 mil quilômetros investigando violações de direitos humanos em 130 postos indígenas.

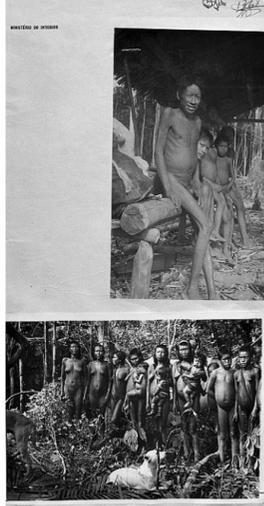
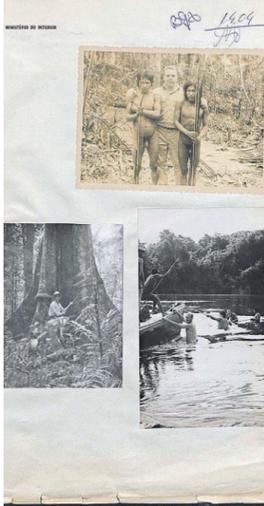
O relatório por ele elaborado, desaparecido por 45 anos, foi encontrado em caixas guardadas no

Museu do Índio, no Rio de Janeiro. Reportagem publicada ontem pelo *Estado de Minas/Correio* mostrou como um pesquisador de São Paulo se deparou com a papelada produzida pela investigação feita a pedido do então ministro do Interior, Albuquerque Lima, que, até então, acreditava-se que houvesse sido destruída em um incêndio no Ministério da Agricultura.

Foram recuperadas mais de 7 mil páginas do documento, produto da expedição comandada por Figueiredo, incluindo as 62 páginas pertencentes ao relatório final, entregue a Albuquerque Lima em 1968. Os únicos registros remanescentes eram reportagens feitas a partir de uma entrevista concedida pelo procurador em março daquele ano, com repercussão internacional.

Quando passou por Nonoai, uma aldeia na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, o procurador descreveu prisões que lembravam presídios medievais: “Uma cela de tábuas, apenas com pequeno respiradouro, sem

Fotos: Marcelo Zelic/Divulgação



Documento dado como desaparecido durante mais de 40 anos retrata a realidade da década de 1960

instalações, que obriga o índio a atender suas necessidades fisiológicas no próprio recinto da minúscula e infecta prisão, foi apontada pelo chefe do posto, Nilson de Assis Castro, como melhoria de sua autoria”.

## Conclusões

Uma das conclusões do procurador foi que os índios eram tratados como animais.

“O índio, razão de ser do SPI, tornou-se vítima de verdadeiros celerados, que lhe impuseram um regime de escravidão e lhe negaram um mínimo de condições de vida compatível com a dignidade da pessoa humana”, ele escreveu.

A coordenadora do núcleo da Comissão Nacional da Verdade responsável pela investigação de violações de direitos relacionados à luta pela terra, Maria Rita

Kehl, aponta o Relatório Figueiredo como um divisor de águas nas políticas indigenistas do país. “Eu não posso falar sobre o relatório, porque ainda não o conheço, mas é um documento oficial importante. O nosso trabalho é gigantesco”, diz.

Kehl considera fundamental que as violações de direitos humanos de índios e camponeses durante a ditadura sejam esclarecidas, já que “muita gente

ainda acha que quem foi morto ou torturado pelo regime era terrorista. Isso é uma coisa que os militares espalharam. E não é verdade. Muita gente foi morta em nome de um projeto”. Ela acrescenta que os índios não sabiam quem estava governando. “Eles sabiam que os caras de botas pretas chegavam — como são descritos em relatórios — e aí matavam, ou maltratavam”, afirma.

**Eles sabiam que os caras de botas pretas chegavam e aí matavam, ou maltratavam”**

**Maria Rita Kehl,**  
Comissão Nacional da Verdade

## Barrados no baile

» JULIANA BRAGA

A audiência de ontem, na Procuradoria Geral da República, organizada pela vice-procuradora Deborah Duprat, é um retrato do descaso dos Três Poderes da República com a situação indígena. Realizada no Dia do Índio, a cerimônia não contou com a presença da presidente da Funai, Marta Azevedo — ela enviou o diretor de Proteção Territorial, Aluísio Azanha —, nem de representantes do Ministério da Justiça ou da Advocacia-Geral da União (AGU). Pela manhã, o Ministério da Justiça anunciou estudar formas de melhorar a demarcação de terras, mas é acusado de desrespeitar os prazos para delimitação dos territórios. Executivo, Legislativo e Judiciário mostram falta de interlocução com o movimento.

No Judiciário, o movimento reclama do atraso na avaliação das condicionantes estabelecidas no julgamento da demarcação da Raposa Serra do Sol. Essas

condicionantes delimitariam os direitos dos índios sobre as terras. Uma delas impede a ampliação das terras já demarcadas. Outra permite ao poder público fazer obras nos territórios sem consultar os índios. Elas aguardam ser julgadas desde 2009, quando a demarcação foi definida pelo Supremo Tribunal Federal. O relator, entretanto, o ministro Ayres Britto, aposentou-se, e o processo aguarda ser distribuído.

No Legislativo, os índios batalham contra duas iniciativas: a PEC 215, que transfere para o Congresso Nacional a responsabilidade pelas demarcações, e o Código da Mineração, que, entre outros pontos, regulamenta a extração mineral em terras indígenas. “Transferir a demarcação de terras para um debate político no Congresso Nacional atrasaria ainda mais o processo de demarcação e de reconhecimento desses territórios originais e tradicionais de povos indígenas”, afirmou a procuradora da República no Mato Grosso, Marcia Zollinger.

Antônio Cunha/Esp.CB/D.A Press - 18/4/13



Índios reclamam de falta de resposta dos Poderes da República

Na última terça-feira, os índios invadiram o plenário da Câmara, pedindo a derrubada da PEC 215. Foi montada uma comissão para discutir o assunto. Um dos interlocutores dos índios, o deputado Padre Ton (PT-MG) é um dos defensores do Código da Mineração.

Duas das principais reivindicações dos índios, entretanto, são a aceleração do processo de

demarcação e a manutenção da suspensão da portaria 303 AGU, que estende os efeitos das condicionantes do julgamento da Raposa Serra do Sol para todas as demarcações. O Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência, Paulo Maldos, garantiu que a portaria está suspensa por tempo indeterminado. “Na nossa avaliação, as condicionantes eram

## » Mercadante é hospitalizado

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, foi internado no Hospital das Forças Armadas após sentir dores fortes no abdome, na última quinta-feira, quando deixava uma reunião no Palácio do Planalto. Ele foi diagnosticado com uma “apendagite epiplóica”, (torção ou trombose venosa espontânea das veias que drenam os apêndices). Segundo boletim médico divulgado ontem pelo HFA, ele passa bem. De acordo com o comunicado, o tratamento do problema é clínico, consistindo de dieta alimentar, terapia com antibióticos e repouso.

prejudiciais aos povos indígenas e ainda estava em aberto o julgamento no Supremo”, afirmou.

Mas o mais grave, na avaliação do Ministério Público, é a lentidão na demarcação dos territórios, atribuição do Executivo. “Eles se prolongam, mesmo que administrativamente, por muitos anos, mais de 20, geralmente. Ao prolongar tanto, se dão várias situações de violações de direitos dessas comunidades. Elas ficam em espaços diminutos, fora do seu território tradicional e têm problema de acesso à educação, saúde e segurança alimentar”, sustentou Zollinger. Para tentar

acelerar, o MP entrou ontem com 14 ações civis públicas, em 10 estados do Brasil e expediu 11 recomendações para instituições públicas e para empresas privadas.

Pela manhã, o Ministério da Justiça anunciou a delimitação de três territórios. Por meio da assessoria, esclareceu que não descumpra os prazos, já que o decreto que regulamenta o tema determina período de trinta dias para publicação da portaria, mas somente depois que o ministro toma a decisão. Às vezes, demora por necessidade de solicitar informações adicionais aos órgãos competentes.



ALÉM DO PODER  
**orlando brito**

orlandobrito.df@dabr.com.br

## Juruna na tribuna

O cacique Mário Juruna ficou conhecido no final da década de 1970 ao sair da aldeia xavante de Namocurá, onde nasceu, para protestar em Brasília contra o descaso do governo com os índios de Mato Grosso. Fincou trincheira na portaria do Palácio do Planalto. Queria falar com o presidente Figueiredo. Não conseguiu. Munido de um gravador de voz, registrava as promessas que as autoridades do governo e da FUNAI lhe faziam.

Em tempos de abertura política, virou voz ativa em defesa dos indígenas. Na convenção nacional do PMDB de 1982, doutor Ulysses Guimarães, presidente do partido, franqueou-lhe a palavra. Filiou-se ao PDT de Darcy Ribeiro e Leonel Brizola e foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro, para cumprir o mandato de 1983 a 1987.

### Como foi

Na terça-feira passada, em torno de cem índios de várias etnias tomaram o plenário da Câmara para protestar contra um projeto de lei que transfere para o Congresso a demarcação de terras destinadas a eles. E, na quinta,



tentaram invadir o Palácio Planalto. Por isso, recorde-me dessa foto e agora a compartilho com os leitores do *Correio*. Ela documenta a primeira vez que um indígena subiu à tribuna do Parlamento.

O colega repórter Antônio Martins e eu viajamos com o capitão Juruna até sua aldeia, enviados pelo jornal O Globo. Embarcamos em um monomotor com destino a Barra do Garças. Reabasteceríamos o avião e, por fim, chegaríamos Namocurá. Porém, o neveiro e a pequena

pista de terra invadida pelo mato nos impossibilitaram pousar. Só no terceiro dia, depois de muitas tentativas, conseguimos aterrissar perto da Cachoeira da Fumaça. No centro da aldeia, o cacique mostrava aos outros xavantes as gravações que havia feito na Capital. Depois disso, o fotografei inúmeras vezes. Inclusive pouco antes de seu falecimento, quando foi internado no Hospital Sarah Kubitschek para recuperar-se de uma pneumonia. Ocapitão Juruna morreu em 2002.